Para esse efeito o Turismo de Portugal necessita de assumir um compromisso de despesa para 2017.

Em conformidade com o disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, de 20 de dezembro, 66B/2012, de 31 de dezembro, 22/2015, de 17 de março, e com o n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Orçamento, no exercício das competências que lhe estão delegadas pelo Ministro das Finanças, através do Despacho n.º 3485/2016, de 25 de fevereiro de 2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 48, de 9 de março de 2016, e pela Secretária de Estado do Turismo, no exercício das competências que lhe estão delegadas pelo Ministro da Economia, através do Despacho n.º 11985/2016, de 28 de setembro de 2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 193, de 7 de outubro de 2016, o seguinte:

1 — Fica o Turismo de Portugal, I. P., autorizado a assumir os encargos plurianuais decorrentes da contratação de serviços de produção, planeamento, execução, acompanhamento e compra de espaço para a campanha internacional online do Turismo de Portugal, até ao montante de €10.000.000,00, valor a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, a executar em 2017, com recurso aos meios procedimentais supra referidos.

2 — Os encargos emergentes da presente portaria são suportados por verbas próprias do Turismo de Portugal, I. P., inscritas e a inscrever no respetivo orçamento.

9 de novembro de 2016. — O Secretário de Estado do Orçamento, *João Rodrigo Reis Carvalho Leão*. — A Secretária de Estado do Turismo, *Ana Manuel Jerónimo Lopes Correia Mendes Godinho*.

210011683

Portaria n.º 440/2016

De modo a garantir a normal continuidade da atividade do Instituto do Turismo de Portugal, I. P., existe a necessidade de efetuar um contrato de fornecimento de gás natural no mercado liberalizado para as suas diversas instalações.

Nesse sentido é necessário, iniciar-se um procedimento pré-contratual, para o fornecimento dos referidos serviços, para uma duração inicial mínima de 1 ano, podendo ser renovado, por iguais períodos até ao máximo de 3 anos.

Atendendo ao volume da despesa realizada pelo Instituto do Turismo de Portugal, I. P. em contratos anteriores, estima-se que, para o período referido, seja necessária a realização de uma despesa de € 525.000,00, valor a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Considerando o valor da despesa estimada e que o contrato a celebrar vigorará por um período máximo de 4 anos, é necessário estabelecer a correspondente repartição de encargos em mais de um ano económico.

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aplicável por força do n.º 5 do artigo 2.º da LEO, a assunção do encargo plurianual previsto de 2017 a 2020 deve ser previamente autorizada por portaria conjunta dos Ministros das Finanças e da Economia;

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Orçamento, no exercício das competências delegadas através do Despacho n.º 3485/2016, de 25 de fevereiro de 2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 48, de 9 de março de 2016, e pela Secretária de Estado do Turismo, no exercício das competências delegadas através do Despacho n.º 11985/2016, de 28 de setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 193, de 7 de outubro de 2016, em conformidade com o disposto nos termos conjugados da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro de 2012, e do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho o seguinte:

1 — Fica o Instituto do Turismo de Portugal, I. P. autorizado a assumir os encargos decorrentes do contrato de aquisição de gás natural no mercado liberalizado para as instalações do Turismo de Portugal, I. P., até ao montante de € 525.000,00, valor a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, o qual envolve despesa em anos económicos diferentes, de acordo com a seguinte repartição:

- a) € 87.500,00 em 2017 (€ 107.625,00 c/ IVA);
- b) € 175.000,00 em 2018 (€ 215.250,00 c/ IVA);
- c) € 175.000,00 em 2019 (€ 215.250,00 c/ IVA);
- d) € 87.500,00 em 2020 (€ 107.625,00 c/ IVA).

2 — O montante fixado em cada ano pode ser acrescido do saldo apurado no ano que antecede.

3 — Os encargos emergentes da presente portaria são suportados por verbas próprias do Instituto do Turismo de Portugal, I. P., inscritas e a inscrever no respetivo orçamento.

4 — A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

9 de novembro de 2016. — O Secretário de Estado do Orçamento, *João Rodrigo Reis Carvalho Leão*. — A Secretária de Estado do Turismo, *Ana Manuel Jerónimo Lopes Correia Mendes Godinho*.

210011561

DEFESA NACIONAL

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

Louvor n.º 516/2016

Louvo o Tenente NIP 137687-L, Tiago Martins de Figueiredo, da Direção de Serviços da Profissionalização do Serviço Militar, pela forma extraordinariamente prestigiante, competente, e dedicada como desempenhou, ao longo de dois anos, as funções que lhe foram confiadas na Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional.

Nas funções de Chefe de Centro de Divulgação de Defesa Nacional, revelou elevada competência profissional e invulgar abnegação, bem evidenciadas no extremo rigor e cuidados dispensados no controlo dos materiais e equipamentos à sua responsabilidade, assim como na supervisão das atividades diárias de cada jornada. De relevar ainda a exigência relativa ao aprumo e atavio dos militares que serviram sob as suas ordens, assim como a capacidade de coordenação das mais variadas tarefas, factos que contribuíram decisivamente para uma eficaz e eficiente administração dos recursos que lhe foram atribuídos, e, consequentemente, para os notáveis índices de proficiência e qualidade alcançados.

Militar dinâmico e proativo, exímio na condução das atividades militares da Força Aérea que estiveram a seu cargo, determinado em cumprir sempre bem, constituiu-se num referencial de atitudes e de atos entre os jovens que o escutaram, honrando perante eles a sua farda e as Forças Armadas que devotadamente serviu.

Oficial disciplinado, dotado de uma inabalável vontade de bem servir, o Tenente Tiago Figueiredo destacou-se, em todas as circunstâncias, pela lealdade e elevados dotes de caráter, contribuindo significativamente para a prossecução da missão da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, numa clara afirmação de saber estar e saber ser, atitudes que, no momento em que cessa o seu vínculo militar, muito me apraz publicamente testemunhar.

28 de outubro de 2016. — O Diretor-Geral de Recursos da Defesa Nacional, *Alberto António Rodrigues Coelho*.

210012371

Louvor n.º 517/2016

Louvo o Sargento-Chefe NIP 062131-F, António Manuel Ferreira de Sousa, da Direção de Serviços da Profissionalização do Serviço Militar, pela forma extremamente prestigiante, competente, digna e responsável como desempenhou, ao longo de cerca de dois anos, as funções que lhe foram confiadas na Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional.

Escolhido pela Força Aérea para integrar as Equipas de Divulgação do Dia da Defesa Nacional, demonstrou uma conduta profissional irrepreensível, um excepcional sentido do dever e uma permanente disponibilidade para o serviço, factos que, associados às suas excepcionais qualidades pedagógicas, muito contribuíram para que os jovens convocados ficassem mais sensibilizados para a temática da Defesa Nacional e com um melhor conhecimento das Forças Armadas de Portugal.

Militar de esmerada educação, diligente e dinâmico, muito equilibrado, dotado de excelente competência profissional, organização e planeamento, evidenciou em todas as circunstâncias elevado espírito de sacrifício, inquestionável lealdade e constante colaboração, bem como uma sã camaradagem de que sempre deu provas, praticando a disciplina com sentido pedagógico de elevada eficiência.

Pelas excepcionais qualidades e virtudes militares demonstradas, o Sargento-Chefe António Sousa é um militar que se afirma por elevados dotes de caráter e por uma excepcional dedicação no cumprimento das suas tarefas, pelo que os serviços por si prestados devem ser considerados como distintos, relevantes e de muito elevado mérito.

28 de outubro de 2016. — O Diretor-Geral de Recursos da Defesa Nacional, *Alberto António Rodrigues Coelho*.

210012339

Louvor n.º 518/2016

Louvo o Sargento-Chefe NIP 055567-D, António Egídio de Oliveira Martins, da Direção de Serviços da Profissionalização do Serviço Militar, pela forma extremamente prestigiante, competente, digna e responsável como desempenhou, ao longo de cerca de dois anos, as funções que lhe foram confiadas na Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional.

Escolhido pela Força Aérea para integrar as Equipas de Divulgação do Dia da Defesa Nacional, demonstrou uma conduta profissional irrepreensível, um excepcional sentido do dever e uma permanente disponibilidade para o serviço, factos que, associados às suas excepcionais qualidades

pedagógicas, muito contribuíram para que os jovens convocados ficassem mais sensibilizados para a temática da Defesa Nacional e com um melhor conhecimento das Forças Armadas de Portugal.

Militar de esmerada educação, diligente e dinâmico, muito equilibrado, dotado de excelente competência profissional, organização e planeamento, evidenciou em todas as circunstâncias elevado espírito de sacrifício, inquestionável lealdade e constante colaboração, bem como uma sã camaradagem de que sempre deu provas, praticando a disciplina com sentido pedagógico de elevadíssima eficiência.

Pelas excecionais qualidades e virtudes militares demonstradas, o Sargento-Chefe Egídio Martins é um militar que se afirma por elevados dotes de caráter e por uma excecional dedicação no cumprimento das suas tarefas, pelo que os serviços por si prestados devem ser considerados como distintos, relevantes e de muito elevado mérito.

28 de outubro de 2016. — O Diretor-Geral de Recursos da Defesa Nacional, *Alberto António Rodrigues Coelho*.

210012355

Instituto da Defesa Nacional

Louvor n.º 519/2016

O 1.º Sargento de Artilharia, 10106697, Valter de Carvalho Cláudio, colocado no Instituto da Defesa Nacional e destacado como auxiliar administrativo e de ligação junto da Associação de Estudos de Segurança e Defesa Europeia-EuroDefense Portugal, demonstrou ser um ótimo colaborador da Direção, particularmente nas áreas administrativa e financeira geridas pelo IDN, que ajudou a reorganizar. A sua ligação à área de contabilidade e serviços do IDN e da Inspeção Geral das Forças Armadas, foi importante e facilitadora dos assuntos comuns entre estas entidades.

Militar correto, educado, inteligente e disciplinado, além de conhecedor de assuntos europeus de segurança e defesa, devido à sua área de interesse académico, o 1.º Sargento Cláudio integrou e orientou, como representante da Direção da ED Portugal, uma delegação portuguesa de jovens universitários das áreas de Relações Internacionais, Estratégia e Políticas Públicas a Breda, Holanda, para participar na “VI Young European EuroDefense Conference” sob o tema: “European Security & Defence: the Future is Now”. Esta Conferência, onde participaram 70 jovens de diversas nacionalidades, destinava-se a sensibilizá-los para as dinâmicas e os desafios da segurança europeia.

Nessa missão, que cumpriu com sucesso, bom senso e inteligência, estimulou junto dos jovens participantes portugueses a consciencialização e sensibilização para os assuntos de segurança e defesa europeia, o que levou à posterior criação do grupo Jovens EuroDefense-Portugal, em coordenação com as atividades da Associação.

Com excelentes conhecimentos na área de informática, participou ativamente na reorganização e implementação no sistema de gestão da EDPortugal, nomeadamente na criação do portal de internet.

Pelo conjunto de qualidades reveladas, e pelo mérito da sua ação e boa colaboração prestada no sentido de garantir uma maior eficiência nas áreas específicas do interesse da Direção da EuroDefense-Portugal, do Instituto da Defesa Nacional e das Forças Armadas, o 1.º Sargento Valter de Carvalho Cláudio mostrou ser merecedor de reconhecimento e público louvor.

3 de novembro de 2016. — O Diretor-Geral, *Vitor Daniel Rodrigues Viana*, major-general.

210014445

Estado-Maior-General das Forças Armadas

Gabinete do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas

Despacho n.º 13890/2016

O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 13.º, 16.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecora com a Medalha Militar de Serviços Distintos, Grau Prata, o Tenente-coronel de Infantaria (09091485), Paulo Jorge da Ponte Figueiredo.

15 de fevereiro de 2016. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Artur Pina Monteiro*, General.

210011261

Despacho n.º 13891/2016

O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecora com a Medalha Cruz de São Jorge, Segunda Classe, o Capitão-de-fragata (25586), Alexandre Joaquim Gamurça Serrano.

17 de fevereiro de 2016. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Artur Pina Monteiro*, General.

210011229

Despacho n.º 13892/2016

O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecora com a Medalha Cruz de São Jorge, Segunda Classe, o Capitão-de-fragata (20088), Paulo Alexandre Rafael da Silva.

24 de fevereiro de 2016. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Artur Pina Monteiro*, General.

210011197

Despacho n.º 13893/2016

O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecora com a Medalha Cruz de São Jorge, Terceira Classe, a Segundo-tenente (9100810), Charlene Soel Izaque.

7 de março de 2016. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Artur Pina Monteiro*, General.

210011278

Despacho n.º 13894/2016

O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecora com a Medalha Cruz de São Jorge, Terceira Classe, a Capitão de Engenharia (09365902), Ana Rita Letra Macedo Marques.

20 de abril de 2016. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Artur Pina Monteiro*, General.

210011301

Despacho n.º 13895/2016

O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecora com a Medalha Cruz de São Jorge, Segunda Classe, o Capitão-tenente (25293), Paulo Manuel Pedro Martins.

20 de abril de 2016. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Artur Pina Monteiro*, General.

210011164

Louvor n.º 520/2016

Louvo o Capitão-de-fragata, NII 25586, Alexandre Joaquim Gamurça Serrano, pela forma meritória com que exerceu o comando do N.R.P. *Álvares Cabral* durante a Operação DJARFOGO e no exercício CONTEX/PHIBEX, no âmbito da EUROMARFOR.

Oficial de reconhecida competência demonstrou as suas qualidades pessoais e profissionais que colocou ao serviço das Forças Armadas e do país nas relevantes funções de Comando de uma Unidade Naval, que exerceu de forma eficaz, determinada e com um desempenho de nível assinalável. Com uma conduta irrepreensível, elevado espírito de iniciativa e sentido da disciplina, o Capitão-de-fragata Gamurça Serrano soube manter a sua guarnição coesa, disciplinada e motivada.

Durante a Operação DJARFOGO, no âmbito do apoio às populações da Ilha do Fogo da República de Cabo Verde na sequência da erupção do vulcão local, apoiou a missão humanitária na Ilha do Fogo, contribuindo para a satisfação dos compromissos assumidos por Portugal, decorrentes do Tratado de Amizade e Cooperação, destacando-se a forma metódica e organizada como em quarenta e oito horas aprontou o navio para a missão. Foram efetuadas mais de trezentas e quarenta horas de navegação, salientando-se as inúmeras atividades em apoio à população local,